

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Isto É Class.: Madeira / Mogno

Data: 09/02/94 Pg.: 46 173

Expedição do governo visa impedir extração ilegal de mogno no AC



RENATO DE SOUZA

MADEIRA

Operação serra elétrica

Brasília coíbe a ação de madeireiras que extraem mogno e enfrenta hipocrisia dos países consumidores

CARLOS MÜLLER

Desde 25 de janeiro, uma equipe do Ibama investiga denúncias de exploração clandestina de mogno na região de Sena Madureira (AC). Com o apoio do Exército, a expedição visa evitar que ocorra no Acre – última reserva natural de mogno – “o mesmo que ocorreu no Paraná com a araucária”, adverte o chefe da operação Paulo Benincá. Já foram inspecionados dois seringais, um deles com quatro mil metros cúbicos de toras derrubadas ilegalmente. Os rios da região foram fechados, para impedir a saída de madeira. Paulo Benincá garante que a ofensiva no Acre não é uma escaramuça isolada. Desde a posse do embaixador Rubens Ricupero no Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, o Ibama sofre uma grande mudança a respeito da exploração de madeiras tropicais. A partir de 1995, não poderão mais ser exportadas madeiras de desmatamentos que se enquadrem nos dispositivos do Código Florestal – os de projetos agropecuários, por exemplo.

As novas normas acabam com o sistema de cotas pelo qual qualquer empresa exportadora, pelo simples fato de existir, tenha direito a embarcar 500 metros cúbicos. Agora, as autorizações são por área, levando em conta técnicas de “manejo”, que controlam a extração de modo a pre-

servar a espécie explorada e a biodiversidade. O problema é que isso encarece “em 50% o custo de produção”, conforme o especialista Ivan Tomazelli. Para 1994, o volume de extração de madeira será mantido no nível do ano passado, sendo que os estoques de 1993 integram a cota de 1994. Isso significa uma redução das autorizações de 100 mil para 70 mil metros cúbicos. A partir deste ano, as vistorias são obrigatórias para as áreas com plano de manejo e por amostragem nas demais.

A reação das empresas é prudente: “Sempre fomos contra o sistema de contingenciamento das exportações e, nesse aspecto, não melhorou nada”, observa Guilherme Carvalho, diretor técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará. Gabriel Gasparetto, diretor executivo da entidade, diz que a participação brasileira no mercado mundial é de 0,8%, no caso das madeiras em geral, e de 8% en-

O diplomata Sérgio Lima: “Novo acordo inclui meio ambiente”



EUGÊNIO NOVAES

tre as tropicais. Segundo ele, em 1993 os membros da associação exportaram 50 mil árvores adultas de mogno e plantaram 1,5 milhão de mudas. Estima-se que de cada metro cúbico de tora de mogno aproveite-se apenas 40%, equivalente à produção de 6,8 portas.

A ofensiva montada pelo Ministério do Meio Ambiente não se resume às matas amazônicas. Entre 10 e 21 de janeiro, o Brasil participou da negociação do novo Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, em Genebra, Suíça. A delegação brasileira, líder dos países produtores, quase abandonou o recinto, descontente com a tentativa dos países consumidores de tirar vantagem da redação do texto final. De volta ao Itamaraty, o chefe da delegação, ministro Sérgio Eduardo Moreira Lima desabafou: “O acordo não é sobre meio ambiente, é sobre comércio internacional de madeiras.” O Brasil quer aplicar as exigências preservacionistas às florestas temperadas e boreais (EUA, Canadá e Sibéria). Para o ministro do Meio Ambiente, Rubens Ricupero, “há uma certa hipocrisia dos consumidores que manifestam preocupações altruístas, mas querem pagar o preço do extrativismo”. Não se trata de defender o extrativismo predador, “que não contém nenhum aspecto positivo, mas sim de fazer uma exploração racional”, explica. Ricupero revela que o Brasil considerou a hipótese de abandonar a Organização Internacional de Madeiras Tropicais se os princípios adotados para as madeiras tropicais não fossem estendidos às temperadas e boreais – que respondem por 90% do mercado. O ministro explica que a ruptura foi descartada porque o País é favorável à adoção de normas que garantam a exploração não predatória das florestas, mas também porque o setor privado nacional temia uma atitude de retaliação internacional.

O resultado mais importante da conferência foi a inclusão de um preâmbulo onde os países consumidores reconhecem a importância da conservação e do manejo sustentado para todos os tipos de florestas, e se comprometem a seguir os mesmos princípios do acordo de madeiras tropicais em relação às suas próprias matas. Em ambos os casos, a meta é fazer com que no ano 2000 toda a madeira comercializada no mundo seja proveniente de áreas de manejo.

Colaborou Ruy Martins, de Genebra